



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 10 (dez) dia(s) do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às 17 (dezesete) horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Dr. Bruno Silva de Oliveira (orientador), Dra. Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva (membro), Dr. Leonardo de Oliveira Sousa (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “O CABELO DE LELÊ: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NAS OBRAS DE LITERATURA INFANTIL” do(a) estudante Neurane Joaquim de Sousa, Matrícula nº 2018205221353019 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO do(a) estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Bruno Silva de Oliveira - Orientador/Presidente da Banca

Dra. Rosemeire de Souza Pinheiro Taveira Silva - Membro

Dr. Leonardo de Oliveira Sousa - Membro

Neurane Joaquim de Sousa - Acadêmico



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação) **(X)**

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: 1 Neurane Joaquim de Sousa

2 Bruno Silva de

Oliveira

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2018205221353019

**Título do trabalho: O CABELO DE LELÊ: UMA
ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOS
NEGROS NAS OBRAS DE LITERATURA
INFANTIL**

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 21 /12 /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

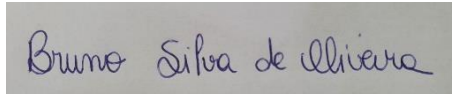
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

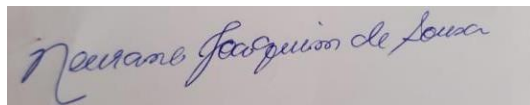
- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Aragarças- Goiás 21 / 12
/2022



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM



Assinatura do(a) orientador(a)

O CABELO DE LELÊ: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NAS OBRAS DE LITERATURA INFANTIL

Neurane Joaquim de Sousa¹

RESUMO

Por muito tempo, na literatura, a negritude foi retratada como um elemento negativo, virtualmente sempre como a vilã das narrativas e isso causou uma lacuna, deixando as crianças pretas à margem, necessitando de super-heróis pretos ou figuras afros não estigmatizadas. No entanto, a partir de 1950, algumas histórias originaram a ter personagens negros como protagonistas. Ademais, será utilizada a pesquisa bibliográfica a partir dos conceitos que discutem a temática, pois tal procedimento será essencial para a formulação de respostas ao problema levantado. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a composição da personagem Lelê e como essa composição pode se relacionar a favor de um discurso de emancipação da cultura negra.

Palavra-Chave: Cultura negra; Literatura Infantil; O cabelo de Lelê.

ABSTRAT

For a long time, in literature, blackness was portrayed as a negative element, virtually always as the villain of the narratives and this caused a gap, leaving black children on the sidelines, needing black superheroes or non-stigmatized Afro figures. However, from 1950 onwards, some stories originated to have black characters as protagonists. In addition, bibliographic research will be used based on the concepts that discuss the theme, as this procedure will be essential for the formulation of answers to the problem raised. Thus, this article aims to analyze the composition of the character Lelê and how this composition can be related in favor of a discourse of emancipation of black culture.

Keyword: Black culture; Children's literature; O cabelo de Lelê.

1 INTRODUÇÃO

O quão importante são os livros de história na nossa vida?! Quantos livros foram escritos com histórias cujo protagonista é um super-herói negro? Quantos livros narram aventuras em que os personagens são negros?

Podemos dizer que os livros são como abrir portas para um novo mundo é nosso dever expor esse mundo para as crianças. Desse modo, inseriremos para a criança conteúdos que poderão criar e ampliar um repertório cultural extraordinário. Por muito

tempo, na literatura, o negro foi descrito como um elemento negativo, quase sempre como um vilão nas histórias, e isso ocasionou um longo hiato, que deixou crianças negras carentes de super-heróis negros ou figuras negras não estigmatizadas. Porém, a partir de 1950, os negros começaram a ser inseridos como protagonistas em algumas histórias.

O Brasil é um país miscigenado, onde existem várias raças e cores, e o racismo faz-se presente, excluindo principalmente os negros e os indígenas, havendo manifestações dessas práticas até hoje na atualidade. No final do século XIX, o Brasil passou pelo processo da abolição da escravidão, em maio de 1888, o que percebemos que somente após esse período de quase 400 anos de história que os negros começam a surgir na literatura com maior destaque, mostrando toda sua dor e sofrimento; porém, não mostrando seu legado e suas raízes. O que podemos constatar é que até esse período da abolição da escravidão, a figura do negro era praticamente nula (ou anulada) dentro da literatura, principalmente se formos pensar na figura da criança negra. O que havia naquele momento da introdução do negro dentro da literatura era a preocupação de manter no homem branco um *status* de poder, conforme destacado na obra *O negro na literatura infantil brasileira* (2011), das autoras Lucina Cunha Silva e Katia Gomes de Silva (2011), que diz:

[...] o que vimos foram preocupações relacionadas ao status burguês e à manutenção de uma versão idealizante de um Brasil equilibrado, moralista, cujos filhos, trabalhadores, e cujas famílias, bem constituídas, teriam livros e escolas que reforçassem esse padrão europeu de sucesso e de organização. " (SILVA e SILVA, 2011, p. 40).

Mesmo que o pardo diga que existia harmonia entre brancos e negros e que eles eram “livres” e com muitos direitos, o que percebemos é que para um país que estava em pleno desenvolvimento, não existiria espaço para as pessoas negras e pobres, pois a abolição decretou o fim da escravidão, mas não extinguiu o preconceito.

O mercado literário brasileiro era e é dominado e destinado às classes dominantes e isso talvez explique o porquê das obras literárias, principalmente as infantis, muitas das vezes tentam fazer com que os personagens negros se tornem heróis velados, como também excluídos. Podemos perceber um exemplo disso no livro: *Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica* (2005), de Maria Cristina Soares Gouvêa, quando ela destaca que “até o início de 1920 os personagens negros eram

ausentes ou velados nas histórias, principalmente porque éramos um país recentemente liberto da escravidão” (p.33).

Podemos explicar essa fala se considerarmos que na nossa sociedade as pessoas negras sempre foram inferiorizadas pelos brancos e os brancos sempre se colocaram como soberanos sobre os negros e o livro *Racismo e Teorias Raciais no Século XIX* (2010), de Flávio Raimundo Giarola, afirma que

...teorias raciais apresentaram-se no século XIX como um discurso científico que buscava explicar as diferenças entre os grupos humanos, distanciando-se cada vez mais dos dogmas religiosos. Serviram como legitimadoras do imperialismo europeu, possibilitando a hierarquização da humanidade de forma que o homem branco ocupasse o topo da evolução da espécie, símbolo maior do progresso e da civilização. Essas ideias tiveram ampla difusão na sociedade europeia e não tardaram a se espalhar pelo mundo, ganhando adeptos nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, entre outros. (GIAROLA, 2010, p. 87)

O que percebemos nesse excerto é que os Pardos se coloca como soberano, principalmente porque os negros haviam passado por um processo de escravidão e assim os excluía socialmente como também na literatura escrita.

A partir de 1920, ou seja, mais de trinta anos após a abolição da escravatura que os negros começaram a surgir nas histórias como uma forma de integrá-los socialmente, porém, segundo Gouvêa (2006, p. 21), “as narrativas mostram negros nas histórias, mas sempre reforçando preconceitos e estereótipos como: negrinho, preto, pretinha, neguinha, entre outros”.

Um exemplo desse reforço de estereótipos que acontece nas histórias infantis, nessa época, é que os negros são mostrados como velhos e velhas, sempre sujos, pobres e dependente de outras pessoas para sobreviver. Por exemplo, na série de livros d’O sítio do Pica-Pau Amarelo, de Monteiro Lobato, percebemos que os personagens negros Tia Nastácia e Tio Barnabé são descritos como dito anteriormente. Além disso, tinham sua inteligência questionada, símbolos claros de um preconceito racial dentro da história.

Já Dona Benta é descrita como uma mulher branca, representante dos bons costumes e educada, com roupas sempre limpas e de certa forma critica as histórias contadas por tia Nastácia, como podemos ver no seguinte trecho do livro:

Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo...

Queé o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler as outra coisa não faz senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulteradas ainda. (LOBATO, 1937, p. 30)

Nos dias atuais, a população negra ainda vive em uma sociedade que demonstra muitas formas de discriminação, como por exemplo nas falas “ah isso é serviço de preto”, quando queremos nos referir a algum serviço que não ficou bom, acreditar que somente negros moram em favelas, na violência policial contra negros, no grande número de negros desempregados e também nos poucos negros que ocupam cargos de chefia nas grandes empresas, entre outras coisas, porém devemos respeitar as diversidades. No Brasil, ser negro, para muitos, é considerado uma honra e assim deve ser, buscando sempre resgatar suas raízes e tradições, sem contar que a beleza negra é única e maravilhosa.

Assim, este artigo pretende analisar como o personagem negro/preto é representado nas histórias de literatura infantil e como uma criança negra pode se identificar com esses personagens. Para isso, utilizaremos como metodologia de trabalho a revisão bibliográfica e estudo de caso, baseado no livro infantil “O cabelo de Lelê”, de Valéria Belém. Uma vez que esse livro nos mostra a história de uma criança negra com o nome de Lelê, que vivia procurando em livros o porquê de ela ter cabelos cacheados e de onde vinha esses cachos. O livro ainda nos mostra de onde ela surgiu, mostra sua descendência africana e as histórias de amor em volta dos seus belos cachos.

Como também, este artigo propõe-se a demonstrar a necessidade de debatermos a importância do negro, visando quebrar (pré)conceitos de racismo e discutir sobre como os personagens negros nas histórias infantis, os quais, por muitas vezes, são sinônimos de maldade, sujeira e feiura na maioria das narrativas, desconsiderando seus traços, suas culturas e suas identidades.

2 CONCEITO DE RACISMO E PRECONCEITO

Racismo é uma discriminação social, em que a algumas pessoas entendem que a classe social é dividida em raças, ou seja, uma séria melhor do que a outra, sendo essa visão uma atitude pejorativa e discriminatória, a qual não possui bases científicas.

Preconceito é um conceito ou uma opinião previamente concebida. Em outras palavras, trata-se de um juízo feito sobre um indivíduo ou grupo social antes de qualquer experiência. O preconceito age a partir de uma simplificação, estabelecendo categorizações sociais através da criação de estereótipos. O preconceito funciona com base no princípio da generalização de todo o grupo alvo de preconceito: cada um dos seus membros, indistintamente, carrega as marcas estereotipadas que o estabelecem numa singularidade. (GUERRA, 2014).

Preconceito é conhecido como uma forma de julgar seja uma pessoa ou objeto sem conhecer a aspectos culturais, comportamentos, entre outros que compõem a psique do indivíduo, também podemos vislumbrar o preconceito em diversas situações como em relação a comidas, visto que algumas são julgadas pelas pessoas sem antes a experimentarem-na. Há diversos tipos de preconceito, como o social, o religioso, o cultural, o linguístico, o de gênero, o de orientação sexual, o racial (racismo), entre outros. A xenofobia é também um tipo de preconceito originado da repugnância em relação a pessoas estrangeiras. Foi o caso do congolês Moïse Kabagambe, no dia 24 de janeiro de 2022, morreu após ser espancado por três homens no último dia 24. Os agressores foram presos uma semana depois, na terça-feira (1), em caráter temporário, por 30 dias. A morte causou grande comoção nacional e internacional. Neste final de semana, pelo menos 20 cidades brasileiras têm atos marcados em protesto pelo assassinato do jovem. Fora do Brasil, nas cidades de Londres, Berlim e Nova York também há protestos programados.

Identidade é o conjunto de atributos que caracterizam alguma pessoa ou coisa, ou seja, é a soma de caracteres que individualizam uma pessoa, distinguindo-a das demais.

O crime do racismo é previsto na lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Está expresso em seu artigo 1º que serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com punição de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

O racismo pode ser cometido da seguinte forma, as pessoas acreditam que existe raças melhores que as outras e isso é um erro, pois o formato dos olhos, o tamanho dos lábios, a forma do nariz, a modelagem do cabelo, a concentração de melanina na pele, não são elementos a serem considerados para estabelecer tipos de raças entre os seres humanos, que são semelhantes em vários aspectos, e as diferenças são poucas para se sentirem melhores ou piores do que os outros.

O racismo não se manifesta de maneira única, podendo ocorrer, sobretudo, de três maneiras: Quando há crime de ódio ou discriminação racial direta; quando há o racismo institucional; e quando há o racismo estrutural.

O racismo também pode estar referente à política crescida pelo país por exemplo, a Alemanha sob o governo do Partido Nacional Socialista dos assalariados alemães, cuja convicção era o Nacional Socialismo, abreviado para Nazismo, onde foi procurado e eliminado com suporte em fundamentações de domínio da raça ariana, ocasionando também o anti-semitismo que levou a Solução Final que levou à morte de milhares de judeus, culminando na Segunda Guerra Mundial. (Meirelles, 2018).

Mas, ao contrário do que muitos imaginam, o racismo é uma dificuldade social tanto em países subdesenvolvidos quanto em países desenvolvidos. Isso ocorre mais frequentemente na maneira de xenofobia (Padilha, Cabral, 2018).

Existem várias maneiras que podem estimular o racismo, mas nenhuma dessas posturas se baseia em padrões científicos, apenas na ideologia da superioridade mas esse contrato no Brasil é crime considerado em lei desde 1989, sendo inafiançável e imprescritível para que quem cometer o ato possa ser sentenciado mesmo anos após a violação (Padilha, Cabral, 2018).

Os direitos humanos são baseados em seis princípios básicos: o princípio da dignidade humana, princípio da igualdade, princípio da não discriminação, o princípio da solidariedade, o princípio da máxima eficiência e o princípio de não voltar. Esse princípio se utiliza muito bem ao assunto da obra e é excelente para a esclarecimento didático dos procedimentos do racismo brasileiro.

O preconceito manifesta-se de diversas formas, basta estarmos falando de uma pessoa vista como diferente, julgado ou tratado como inferior. Já o racismo é o protesto de um preconceito racial que ocorre em diversas situações que uma raça é considerada inferior a outra.

Saliento que o racismo acontece quando há um sistema de poder que considera um determinado biotipo ou genótipo (para alguns raça), contra qual é praticado, como inferior. Nessesentido, falar que acontece racismo de um negro contra um branco seria errado.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA,2009).

É evidente que há preconceito no âmbito pedagógico e/ou no espaço escolar, em virtude das relações de intolerância reproduzidas dentro e fora do escolar desse espaço e dos materiais estudados e entregues nas salas de aula que contêm conteúdos discriminatórios, como por exemplo, esses são fatores que estimula o baixo-estima de alunos negros, influenciando no seu desenvolvimento cognitivo e desempenho escolar, trazendo conflitos psicológicos em medidas insanáveis.

O Brasil tem uma população diferente e a história do país é moldada por estrangeiros de diferentes partes do mundo. A África foi o local de origem de muitos brasileiros, com o período da escravidão negros africanos foram vendidos aos negociantes Portugueses, que os carregaram para a América. Hoje, a população negra simboliza 54 % de todos os brasileiros mas mesmo assim há discriminação contra negros no país e até mesmo no ambiente escolar, diz Alves, "temos que demonstrar em sala de aula que nosso Brasil é um país de educação multirracial ou seja, formada por misturas de etnias, religiões e tradições e livre disso, devemos respeitar e avaliar a civilização que cada indivíduo carrega (Alves 2012).

Na escola, são frequentes os casos de racismo; com o advento das redes sociais, do amparo da lei e de entidades de luta contra o racismo, os casos de preconceito e injúria racial no ambiente escolar têm sido cada vez mais denunciados, e os responsáveis, quando comprovado o crime, punidos, criminal ou institucionalmente.

3 TÓPICOS RACIAIS NO ENSINO DAS CRIANÇAS

Diante o caso exposto podemos observar que o Código Penal, em seu artigo 140,

descreveo delito de injúria, que consiste na conduta de ofender a dignidade de alguém, e prevê como pena, a reclusão de 1 a 6 meses ou multa.

O crime de injúria racial está previsto no parágrafo 3º do mesmo artigo, trata-se de uma forma de injúria qualificada, na qual a pena é maior, e não se confunde com o crime de racismo, previsto na Lei 7716/2012. Para sua caracterização é necessário que haja ofensa à dignidade de alguém, com base em elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião, idade ou deficiência. Nesta hipótese, a pena aumenta para 1 a 3 anos de reclusão.

É muito comum ver esse caso de injuria racial no âmbito escolar e em diversas obras literárias, nos dias atuais é como se fosse parte do dia a dia uma coisa comum, e infelizmente as crianças estão crescendo e desenvolvendo nesse pensamento e sem ao mesmo entender e saber a mensagem que os livros de literatura têm a passar, muito deles nos mostra a realidade que vivemos com tal crime e que vem nos acompanhando de muito tempo atrás.

A literatura infantil a qual conhecemos, provavelmente surgiu no século XVIII, porém foi somente no século XIX, que ela ganhou uma versão destinada a educação infantil, pois foi nesse período que a criança deixou de ser considerada um adulto em miniatura.

Já em nível de Brasil, somente a partir da segunda metade do século XIX que foram surgindo obras de literatura infantil como é destacado pelas autoras Regina Zilberman e Marisa Lajolo, na obra *Um Brasil para crianças: para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos*:

A literatura infantil brasileira nasce no final do século XIX. Antes das últimas décadas dos oitocentos, a circulação de livros infantis era precária e irregular, representada principalmente por edições portuguesas. Estas surgem a partir dos últimos anos do século passado, quando se assiste a um esforço mais sistemático de produção de obras infantis que, por sua vez, começam a dispor de canais e estratégias mais regulares de circulação junto ao público (ZILBERMAN e LAJOLO, 2003, p.15).

Diferentemente do século XIX, atualmente, percebemos que existem uma gama de materiais didáticos que se constituem em um valioso arsenal para a educação das crianças. E os livros de literatura infantil, como o citado anteriormente, possuem importante papel na área educacional e para nossa pesquisa, pois são através deles que as crianças são inseridas no mundo da leitura e da magia.

Mais importante ainda é inserir na educação de crianças, obras que destaquem e

valorizema cultura do negro, independente da sua raça, credo ou cor, para que desde cedo elas rompam esseparadigma de que o branco é superior ao negro. É importante que façamos isso para que a criança cresça e dê voz e valor à cultura afrodescendente que são ricas em arte,história e pertencimento. Isso dará um suporte maior para que a criança negra cresça tendo orgulho das suas raízes e para que a criança branca são cresça tendo preconceitos e sem querer conhecer a cultura afro.

A educação segundo Lorian, Taquette (2018) e Munanga (2005), é o início da solidificação da população negra e indígena na comunidade brasileira e suas contribuições para o ensinamento do nosso país. Nesse sentido, os autores declaram que o sistema educativo deve oferecer aos estudantes um questionamento e uma desconstrução dos mitos de domínio e inferioridade dos povos humanitários que foram internalizados e introjetados pela civilização racista em que foram urbanizados.

Assim, Lorian e Taquette (2018) declaram que a educação infantil tem a função de desconstruir a educação eurocêntrica, pois, desde cedo, as crianças no desenvolvimento de sua identidade, aprendem a admitir e cotar a diversidade no espaço educacional é a finalidade de trabalhar a diversidade étnico-cultural. Proporcionar uma compreensão dos começos civilizatórios afro-brasileiros e estabelecer as características que indicam a identidade afro-brasileira. Nesse significado, a lei nº 10.639/03 dispõe que:

O papel da educação infantil é importante para o progresso humano, para a instrução da individualidade para o desenvolvimento da inteligência e da aprendizagem Os lugares educacionais coletivos, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a remoção de todas as formas de preconceito, racismo e discriminação racial. Isso permite que as crianças desde cedo, compreendem e participe conscientemente de ações que saibam, confessam e valorizam o protagonismo de diversos conjuntos étnicos e raciais para a história e o cultivo brasileiros. (BRASIL, 2013, p.48 e 49)

A personalidade se refere ao sentimento de pertencimento racial, êxito e falha acadêmica, material didático, ensinamento docente, exceção, inclusão, entre outros aparências pertinentes para um exercício pedagógico que se pretenda renovadora.

Não obstante, Luana Pereira Lorian e Natália Amaral Taquette (2018) defendem que as diretrizes pedagógicas do tempo da educação infantil devem buscar romper com as relações representacionais discriminatórias que vêm se perpetuando nos discursos

sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Segundo os autores algumas pesquisas descrevem que, quando as crianças atingem os 3 anos de idade, elas notam as diferenças raciais e, quando atingem a idade de 4,5 anos, começam a evoluir um senso de valor e posição, e à medida que os anos vão, eles já definem quem são. habitamos juntos " (LORIANO E TAQUETTE, 2018, p. 7)

Dessa forma, os autores sugerem que a maneira como esse índice será ensinado em sala de aula, na educação infantil, é uma necessidade cada vez mais próxima. Porque, quando o estudante vier ao ensino fundamental, ele descobrirá assuntos como a história da África por exemplo, e o assunto não será questionado com surpresa, pois quando a criança coabita com o assunto desde seus primeiros anos, quando esta "nova" capacidade, você já estará acostumado, o que assegurar-se um melhor discernimento da capacidade (LORIANO E TAQUETTE, 2018).

Nessa personagem, Lorian e Taquette (2018) defendem que o campo da educação infantil deve influir e proporcionar ações comunicativas que auxiliam nas questões raciais, permitindo que as crianças vivenciem e encontrar interpretações em seu cotidiano escolar, que estruturar sua autoaprendizagem. ele vê positivamente a inclusão de crianças negras em sua ementa escolar.

Assim, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é uma documentação de apoio às atividades e métodos educativos que são parte integrante do sistema educativo brasileiro. Define a aprendizagem básica, que garante o desenvolvimento e os direitos de aprendizado dos estudantes durante o ensino fundamental (BRASIL, 2017, p. 7). Sobre a questão das relações étnico-raciais, dispomos discutir na BNCC, em conexão à educação infantil, os direitos de aprendizado e evolução que trabalham o autoconhecimento, a convivência o respeito diversas maneiras de aumentar e diferenciar a abordagem às culturas e conhecimento, aproveitar o conhecimento sobre a cultura e sobre si mesmo e conhecer-se e edificar a própria personalidade pessoal, cultural e social.

Dessa forma, a BNCC oferece cursos relacionados à educação infantil na aprendizagem vivencial. Segundo a BNCC (2017, p. 40), essas áreas "formam uma estrutura curricular que sedia as situações e experimentos do cotidiano das crianças seus conhecimentos, entrelaçando-os com os saberes que fazem parte da propriedade cultural".

No entanto, a BNCC não trabalha na lógica do assunto trabalha no entendimento dos direitos de aprendizado, enfatizando áreas de conhecimento . Nessas áreas são disseminados direitos de aprendizado diretamente relacionados à interação e brincadeira das crianças

(BRASIL, 2017).

Dada a sensibilidade e a gravitação das questões raciais, diretores, educadores e professores devem utilizar métodos anti-raciais. Ele diz que será responsável por fornecer educação ética para negros e brancos. Nesse sentido, Bento (2012) estabelece que:

O tratamento pedagógico da desigualdade é profundo. Isso requer reconhecer as diferenças e, ao mesmo tempo, estabelecer critérios de estima, ética e penhora dos direitos sociais. Prosseguir na construção de práticas educacionais que reflitam o uno e o múltiplo indica que rompemos com a ideia de homogeneidade e uniformidade que ainda prevalece no campo da educação. Simboliza uma compreensão da educação para além do seu semblante institucional e dentro do processo de evolução humana. Isso nos deita diante dos diferentes espaços sociais em que se dá a educação e nos convida a interpolar os muros da escola e ressignificar a prática educacional, a relação com o saber, o currículo e a comunidade escolar. Também nos deita diante do desafio de mudar os valores, lógicas e interpretações do outro, em particular daqueles que fazem parte de conjuntos historicamente excluídos da comunidade (BENTO, 2012, p. 12)

Consequentemente, uma política educativa igualitária não se baseia apenas em temas e atividades pedagógicas, mas também depende muito da função exemplar executado por docentes, gestores, familiares, funcionários e grupos que circundam os estabelecimentos de educação infantil (BENTO, 2012). As normas e documentações que norteiam a questão racial são necessários para a conquista da educação antirracista e o agradecimento da história dos povos pretos e indígenas.

4 ANÁLISE DA OBRA O CABELO LELÊ

Podemos dizer que os livros são como abrir portas para um novo mundo e é nosso dever expor esse mundo para as crianças. Desse modo, estaremos inserindo na criança conteúdos que poderão criar e ampliar um repertório cultural extraordinário. E por muito tempo, como veremos mais a diante no nosso trabalho o negro, foi mostrado como algo negativo, quase sempre como um vilão nas histórias, e isso ocasionou um hiato longo, que deixou crianças negras carentes de protagonistas negros. Porém, a partir da de 1950 que os negros começaram a ser inseridos como personagens principais em algumas histórias.

O livro de literatura infantil, “O cabelo de Lelê”, foi escrito por Valéria Belém no ano

de 2007 e é uma representação de literatura de valoriza a cultura afro, e dentro do livro podemos perceber que a todo instante ocorre um elogio quanto aos cabelos da personagem. Elogiam seus lindos cachos, cachos que muitas vezes se formam de maneira diferente naturalmente, mas sempre ficando lindo.

O livro mostra que a personagem Lelê estava curiosa para saber de onde vinha seus lindoscachos e para isso, procurou um livro sobre cultura africana para saber de onde era sua descendência. Em uma das partes da leitura, Lelê acha uma referência sobre seu cabelo.

Depois do Atlântico, a África chama e conta uma trama de sonhos e medos, de guerras e vidas e mortes no enredo também de amor no enrolado cabelo. Puxado,armado, crescido,enfeitado, torcido, virado, batido, rodado. São tantos cabelos, tão lindos, tão belos! (BELÉM, 2007)

Logo, Lelê percebe o quanto seu cabelo é lindo e admirável, se comparado a outros cabelos. E para ela não importava mais nada, pois aquilo era sua herança africana dos antepassados e a menina sempre brincou, correu e estava de bem com a vida, sem medo de mostrar seus cabelos cacheados.

A obra literária traz bastantes ilustrações e cores vivas, que acabam por chamar a atenção das histórias. E podemos afirmar que isso, é uma maneira de valorizar a diversidade racial e ainda dentro do livro faz várias sugestões sobre como pentear e enfeitar o cabelo de Lelê.

Essa obra tem importante valor social, quando ao final da história, Lelê se casa com um personagem branco, pois essa passagem traz a união das raças e serve para nos mostrar que as raças se misturam e a sociedade em geral deve abandonar o preconceito racial e social.

Outro fato importante é que, durante a leitura, percebe-se que a história a todo momento trata o respeito como forma primordial e de certa forma, isso serve para valorizar a infância e as inúmeras questões sociais e raciais.

5 POPULAÇÃO NEGRA

Os dados do Ipea também mostram que a população carcerária do país é majoritariamente negra: são 252.796 mil negros e pardos, ante 169.975 não negros, conforme levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça.

Pretos e pardos correspondem a 64% dos desempregados e 66% dos subutilizados,

mostra o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas da Violência (IPEA, 2016, p. 30)., os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças. De acordo com a Síntese de indicadores sociais (SIS) (2013), a população negra representa 75,6% da população mais pobre brasileira.

Entre os anos 2002 e 2012, a tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas foi unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuem 24,8% – e aumento dos homicídios negros: crescem 38,7%. Tomando em consideração as respectivas populações, as taxas brancas caem 24,4%, enquanto as negras aumentam 7,8%. Com isso o índice de vitimização negra total passa de 73,0% em 2002 (morrem proporcionalmente 73% mais negros que brancos) para 146,5% em 2012, o que representa um aumento de 100,7% na vitimização negra total. Entre os jovens a situação é mais preocupante: o número de vítimas brancas cai 32,3%. O número de vítimas jovens negras aumenta 32,4%: o diametralmente oposto. As taxas brancas caem 28,6% enquanto as negras aumentam 6,5%. Com isso, o índice de vitimização negra total passa de 79,9% em 2002 (morrem proporcionalmente 79,9% mais jovens negros que brancos) para 168,6% em 2012, o que representa um aumento de 111% na vitimização de jovens negros. (WAISELFISZ, 2014, p.184).

Ainda assim negros representam 17,4 % da população mais rica do país e ocupam apenas 18 % das posições mais significantes. Seus salários também são mais baixos, em linha com cerca de 80 % dos ganhos dos brancos fazendo o mesmo trabalho. Também vale mencionar que aproximadamente 80 % das empregadas domésticas no Brasil são afrodescendentes. Os afrodescendentes também simbolizam cerca de de 63 % dos mais pobres e 69 % dos indigentes. (SILVA,2022).

O acesso dessa parte da população aos serviços públicos também é restringido. Por exemplo, a taxa de analfabetismo é duas vezes maior que a negros. Durante a taxa de analfabetismo para brancos é de 5,2 %, para negros. A taxa de analfabetismo também subiu para 11,5 %. A mediana de período de estudo também é baixo entre negros. Os brancos traspassaram um meio-termo de 8,8 anos na escola em 2013. A população negra tinha aproximadamente 7,2 anos (SILVA,2022).

Deste modo, embora a população brasileira seja composta principalmente por negros e mestiços e a condição dessa parte da população tenha melhorado desde o abolimento da escravidão, ainda há correspondente segregação racial no país pois a população negra ainda enfrenta preconceitos e situações sociais mais baixas do que o restante da população brasileira. Devido a essa condição, é crescente o número de indivíduos e ações que tentam quebrar esse paradigma. É o caso de inúmeras ONGs, organizações e causas que visam combater o preconceito racial e apoiar as vítimas desses crimes. Políticas governamentais para reduzir a disparidade social entre negros e brancos têm sido fortemente criticadas: o sistema de cotas universitários e os exames estaduais para negros de baixo rendimento nas escolas públicas. (SILVA, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade racial na primeira infância é algo que precisa de muita atenção na atualidade, que lamentavelmente atrapalhou resquícios do procedimento de colonização em suas estruturas sociais, recusando-se a reconhecer as diferenças. Nesse contexto, o sistema educacional serviu como um artifício para manter a ordem social, impedindo que crianças afrodescendentes construíssem uma personalidade negra.

Por outro lado, o objetivo foi analisar a imagem erótica das crianças a partir do conceito de casal em que os personagens do livro apareciam. Nesse sentido Louro (2003) contribui ao afirmar que “[...] não cabe perguntar se uma representação "corresponde" ao "real" ou não, mas como as representações produzem sentidos, que efeitos exercem sobre os sujeitos, como edifica o "real" (LOURO, 2003, p. 99). Destaca-se a reflexão sobre a interpretação desses processos, com o objetivo de reconhecer os processos em que atua, para que a educação possa acompanhar as transformações na organização e assim representar e comportar-se sobre ela.

Por fim, põe considerar como esse crescente anseio pela educação pode conceder para a produção de sujeitos que podem ser refletidos e interagidos nos mais diversos ambientes, culturas e sociedades. Como a liquefação das identidades dificulta cada vez mais o desenvolvimento de uma única estratégia de gestão, a pluralização das pedagogias pode contribuir para essa conexão. No entanto, chama a atenção também o fato de que o desejo por este estudo pode ser expresso em "Educação falsa" também.

O produto analisado, ainda que de forma implícita, evidenciou as características do sujeito a ser delimitado a partir de sua influência. Nesse significado, o livro exalta a procura por personalidades, avaliando sua civilização étnico / estética. Em sua estrutura, porém, a obra desenvolve a ideia de posicionar as meninas a partir desde a infância como objetos sensuais, facilitando uma espécie de erotização infantil por meio do casamento. Por fim, vale destacar a importância do estudo dos artefatos culturais, bem como de suas táticas educacionais para a infância e para o desenvolvimento de uma cultura de si, especialmente na infância.

Por fim, à guisa de finalização, acreditamos que este trabalho possibilitou um novo conhecimento de como os livros infantis são percebidos como artefatos culturais de grande importância para o governo da infância, explicitando o desejo de uma pedagogia própria voltada fundamentalmente para o étnico. - racial. mas também atuando nas conexões de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Cynthia S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas.** UEPB. Guarabira-PB. 2012. Disponível em < <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1338/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 27 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei Federal 7.716/89**, alterada pela Lei Federal 9.459/97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.716%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%201989.&text=Define%20os%20crimes%20resultantes%20de,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20cor. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva et al. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

CAMOZZATO, Viviane Castro. **Entre a pedagogia legisladora e as pedagogias intérpretes.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20 n.61, p. 501-5017, abr/jun, 2014

GIAROLA, Flávio Raimundo. **Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico.** História e-História, v. SM, 2010, pág87.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério, FARIA FILHO, Luciano Mendes, e LOPES, Alberto (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância.** PORTO: Campo das Letras, 2006, v. 1, p-21.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. **Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.1, jan./abr. 2005, pág33.

GUERRA. Luiz Antônio. Preconceito. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/preconceito/>. Acessado em :

13/02/2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. NT 18: Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacion. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf . Acesso em: 28 de outubro de 2022.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia.** São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pósestruturalista.** 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LORIANO, Pereira Luana; TAQUETTE Amaral Natália. **A atuação do pedagogo na promoção da igualdade racial e diversidade étnica na Educação Infantil.** Monografia da Graduação de Pedagogia, Faculdade Multivix, Cariacica.

MERELES, Carla. **Nazismo: Você Conhece a Política DISSEMINADA Por Hitler?.** 2018. Disponível em << <http://www.politize.com.br/nazismo/>>> acesso em 27 de outubro de 2022.

MUNANGA. Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.**2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/09/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 13/02/2022.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando Racismo na escola.** 2º ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 p.7.

PADILHA, Adriano; CABRAL, Paulo. **Significado de Racismo.** 2018.

SILVA, Lucina Cunha; SILVA, Katia Gomes de. **O negro na literatura infanto juvenil brasileira.** Revista Thema, vol. 8, número especial, 2011.

SILVA. Thamires Olimpia. **População Negra no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/populacao-negra-no-brasil.htm>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

ZILBERMAN, Regina e LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças:** para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. 5ª. ed. São Paulo: Global, 2003, p.15.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência IV.** Os Jovens do Brasil. Unesco, Instituto Ayrton

Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2004.